



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA
RIO DE JANEIRO PORT AUTHORITY

*Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais
Superintendência de Planejamento e Avaliação
Divisão de Planejamento*

*PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
E
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS*

2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Final

ÍNDICE

1 – Valores Aprovados para 2010.....	3
1.1 - Quadro PDG/2010 – Execução.....	4
1.2 - Quadro PDG/2010 – Usos e Fontes.....	5
1.3 - Quadro PDG/2010 – Execução por Diretoria e Centro de Custo....	6
2 - Descrição da Execução Orçamentária 2010.....	8
2.1 – Recursos.....	8
2.1.1 – Receitas Correntes.....	8
Quadro – Faturamento – 2010.....	9
2.1.1.1 - Comparativo das Receitas Correntes – Previsto e Realizado...	10
2.1.2 – Receitas de Capital.....	10
2.2 – Dispêndios.....	11
2.2.1 – Correntes.....	11
2.2.2 – Orçamento de Investimentos.....	14
2.2.2.1 – Créditos para Investimentos.....	14
3 – Conclusão.....	15
3.1 – Situação verificada.....	15
3.2 – Medidas Adotadas.....	15
3.2 – Recomendações.....	15
Anexo I – Detalhamento dos Dispêndios Correntes.....	17
Anexo II – Acompanhamento Orçamento de Investimentos.....	31
Anexo III – Gráficos - Receitas Correntes.....	47
Anexo IV – Gráficos Dispêndios Correntes.....	53
Anexo V – Projetos de Investimentos em andamento – Fonte Tesouro..	59

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PDG / 2010

1-Valores Aprovados para o Exercício de 2010

Dispêndios

Em R\$

Decretos	PDG	Correntes	Capital	Total
6.997/2009	Dotação Inicial	209.443.228	27.120.411	236.563.639
7.180/2010	1ª Reprogramação	230.083.741	56.828.627	286.912.368
7.417/2010	2ª Reprogramação	524.265.214	87.828.627	612.093.841

O Decreto nº 6.997/2009 aprovou o PDG para o exercício de 2010 no valor de R\$ 236,5 milhões.

O Decreto nº 7.180/2010 autorizou a primeira reprogramação dos valores do PDG para 2010, totalizando R\$ 286,9 milhões.

O Decreto nº 7.417/2010 autorizou a segunda e última reprogramação dos valores do PDG para 2010, totalizando R\$ 612,0 milhões.

Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 524,3 milhões e R\$ 87,8 milhões, respectivamente.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010.

Receitas

Em R\$

Decretos	PDG	Própria	Tesouro	Total
6.997/2009	Dotação Inicial	255.846.691	18.297.799	274.144.490
7.180/2010	1ª Reprogramação	280.843.163	307.255.719	588.098.882
7.417/2010	2ª Reprogramação	293.988.562	369.755.719	663.744.281

A Receita Corrente, projetada inicialmente no total de R\$ 255,8 milhões, foi posteriormente reprogramada, com base na execução de 2009, atualizada pelo IGP-DI de 4,5%. A esse valor foi acrescida a expectativa de aumento no faturamento do Contrato 54/97 da empresa CSN de R\$ 41,0 milhões, chegando-se ao montante de R\$ 280,8 milhões para o exercício. Posteriormente, foi autorizada na segunda reprogramação uma previsão total de R\$ 293,9 milhões.

A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramada no valor de R\$ 369,7 milhões, representando R\$ 50,5 milhões para Investimentos e R\$ 319,2 milhões para Saneamento Financeiro.

Os demais recursos que complementam o PDG são: variações do capital de giro e do disponível, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

1.1 - Quadro PDG/2010

QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /2010 (janeiro a dezembro)

ITEM ORÇAMENTÁRIO	Decreto nº 6.997/09	Dec. nº 7.417/10(Reprog)	COMPROMISSADO até dez/2010	DIFERENÇA	%	Realizado até dez/10	%
		(A)	(B)	(A-B)	(B/A)	(C)	(C/A)
DESPESA							
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	209.443.288	524.265.214	427.745.375	96.519.839	82	417.320.481	80
PESSOAL	95.570.876	126.673.927	119.793.016	6.880.911	95	119.284.265	94
MAT. CONSUMO	2.054.000	1.194.000	549.980	644.020	46	389.471	33
SERV. TERCEIROS	36.361.003	40.043.772	31.551.569	8.492.203	79	25.618.468	64
UTIL. SERVIÇOS	8.030.000	8.030.000	7.687.181	342.819	96	7.046.668	88
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	17.742.620	24.512.453	35.881.637	-11.369.184	146	34.223.291	140
JUROS DE FINANC.	886.984	886.984	608.271	278.713	69	608.271	69
ALUGUÉIS	1.595.900	1.378.900	1.237.438	141.462	90	849.606	62
MULTAS E ENCARGOS FINANC	3.000.000	45.549.673	2.685.510	42.864.163	6	2.685.509	6
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	5.000.000	25.000.000	24.257.061	742.939	97	23.813.720	95
DIVIDA JUDICIAL CIVEL	27.566.700	99.972.500	86.580.859	13.391.641	87	86.504.955	87
ACORDO PORTUS	0	135.200.000	103.700.000	31.500.000	77	103.700.000	77
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	11.635.205	15.823.005	13.212.852	2.610.153	84	12.596.258	80
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	27.120.411	87.828.627	56.360.448	31.468.179	64	15.412.736	18
AMORTIZAÇÃO	1.422.612	1.422.612	1.068.775	353.837	75	1.068.775	75
INVESTIMENTOS	25.697.799	86.406.015	55.291.673	31.114.343	64	14.343.961	17
Recursos Proprios	7.400.000	7.400.000	3.201.407	4.198.593	43	2.340.397	32
Recursos do Tesouro	18.297.799	79.006.015	52.090.266	26.915.750	66	12.003.564	15
1-Recursos - 2010	18.297.799	49.297.799	38.088.791	11.209.008	77	3.491.549	7
1.1- Orçam Fiscal-10	18.297.799	49.297.799	38.088.791	11.209.008	77	3.491.549	7
2- Exerc Anterior/Restos a Pagar	0	1.257.920	0	1.257.920	0	0	0
2-1- PPI-Restos a Pagar	0	1.257.920	0	1.257.920	0	0	0
3 -Saldo Financerio Exerc Anteriores	0	28.450.296	14.001.475	14.448.821	49	8.512.016	30
3.1-Saldo Financ Exercícios Anteriores	0	28.450.296	14.001.475	14.448.821	49	8.512.016	30
I - TOTAL DAS DESPESAS	236.563.699	612.093.841	484.105.823	127.988.018	79	432.733.217	71

	Decreto 6.997/09	Dec. nº 7.417/10(Reprog)	Faturado até dez/10	Diferença	%	Arrec até dez/10	%
		(A)	(B)	(A-B)			
RECEITA							
RECEITAS CORRENTES	255.846.691	293.988.562	314.696.659	-20.708.097	107	242.896.463	83
1 REC. OPERACIONAL	232.894.959	259.349.662	243.648.512	15.701.150	94	227.077.005	88
2 REC. NÃO OPERAC.	14.247.562	20.379.662	56.307.847	-35.928.185	276	15.819.458	78
Aluguéis	7.284.916	8.638.900	33.239.991	-24.601.091	385	0	0
Outras não Operacionais	6.962.646	11.740.762	23.067.856	-11.327.094	196	15.819.458	135
3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS	8.704.170	14.259.238	14.740.300	-481.062	103	0	0
RECEITAS DE CAPITAL							
4 REC. AUM. PATRIMONIO LÍQUIDO	18.297.799	369.755.719	110.191.549	259.564.170	30	110.191.549	30
Orçamento Investimentos	18.297.799	50.555.719	3.491.549	47.064.170	7	3.491.549	7
Custeio	0	319.200.000	106.700.000	212.500.000	33	106.700.000	33
5 VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL	-37.580.791	-51.650.440	41.642.774	-93.293.214	-81	41.642.774	-81
							0
II -TOTAL DOS RECURSOS	236.563.699	612.093.841	466.530.981	145.562.860	76	394.730.786	64
Varição de Execução [II (B) - I (C)]			33.797.764				

1.2 - Quadro PDG/2010 – Usos e Fontes.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS/PDG
Execução Orçamentária - janeiro a dezembro de 2010

R\$1,00

Execução Orçamentária - 2010 (janeiro a dezembro)									
FONTES				USOS					
	Dec. nº 7.417/2010	Rec. Executada			Dec. nº 7.417/2010	Desp Empenhada	%	Desp Executada	%
			%						
Faturamento	293.988.562	314.696.659	107,0	Pessoal	126.673.927	119.339.086	28,4	119.284.265	28,5
Adiant Receita	0	0	0,0	Material de Consumo	1.194.000	411.796	0,1	389.471	0,09
Sub	293.988.562	314.696.659	107,0	Serviços Terceiros	40.043.772	25.987.389	6,2	25.618.468	6,1
				Utilidades Serviços	8.030.000	7.069.613	1,7	7.046.668	1,7
				Tributos	24.512.453	35.536.451	8,5	34.223.291	8,2
				Juros da Dívida Externa	886.984	608.271	0,1	608.271	0,1
				Outros Disp Correntes	62.751.578	16.173.371	3,8	16.131.373	3,9
				Acordo Portus	135.200.000	103.700.000	24,7	103.700.000	24,8
				Dívida Jud. Trabalhista	25.000.000	23.819.711	5,7	23.813.720	5,7
				Dívida Judicial Cível	99.972.500	86.580.859	20,6	86.504.955	20,7
				Sub (1)	524.265.214	419.226.547	99,7	417.320.481	99,7
				Amortização da Dívida	1.422.612	1.068.775	0,3	1.068.775	0,3
				Sub (2)	1.422.612	1.068.775	0,3	1.068.775	0,3
Total Recursos Próprios	293.988.562	314.696.659	107,0	Total Custeio	525.687.826	420.295.323	100,0	418.389.256	100,0
Rec Tes - Custeio	319.200.000	106.700.000	33,4	Invest Rec Próprios	7.400.000	2.356.465	16,4	2.340.397	16,3
Inv Rec Tes - LOA 2010	50.555.719	3.491.549	6,9	Inv Rec Tes - LOA 2010	50.555.719	3.491.549	24,3	3.491.549	24,3
Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	28.450.296	28.450.296	100,0	Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	28.450.296	8.513.172	59,3	8.512.016	59,3
Total Recursos Tesouro	398.206.015	138.641.845	34,8	Total Investimentos	86.406.015	14.361.186	100,0	14.343.961	100,0
Var Cap Giro/Disp Inicial	-80.100.736	13.192.477							
Total do Exercício	612.093.841	466.530.981	76,2	Total do Exercício	612.093.841	434.656.509		432.733.217	
(Rec Fatur/Prev Rec%)		76,2%		(Dot Disp/Dot Estimada %)					

1.3 - Quadro PDG/2010 – Execução por Diretoria e Centro de Custo

PDG/2010 - Dispêndios Correntes (desempenho por diretoria)				
Diretoria		Aprovado	Executado	%
DIRARH	SUPADM	24.019.907,10	40.253.549,91	167,6%
	SUPREC	146.470.735,61	136.986.345,04	93,5%
	SUPFIN	320.299.134,43	220.785.037,21	68,9%
Total		490.789.777,14	398.024.932,16	81,1%
DIRPRE	ASSCOM	803.350,00	653.794,53	81,4%
	GABPRE	150.544,29	136.360,00	90,6%
	SUPAUD	7.000,00	-	0,0%
	SUPGUA	82.784,00	8.488,00	10,3%
	SUPJUR	16.666.683,57	12.984.940,56	77,9%
	SUPMAM	1.980.025,00	590.843,88	29,8%
Total		19.690.386,86	14.374.426,97	73,0%
DIRPLA	SUPLAN	2.168.142,63	454.693,40	21,0%
	SUPMAK	1.853.000,00	146.630,14	7,9%
	SUPDEP	12.000,00	1.862,91	15,5%
Total		4.033.142,63	603.186,45	15,0%
DIRGES	SUPENG	9.751.907,37	4.317.935,55	44,3%
Total		9.751.907,37	4.317.935,55	44,3%
Consolidado		524.265.214,00	417.320.481,13	79,6%

Análise do Desempenho por Diretoria - Pontos relevantes na execução.

DIRARH

SUPADM – Extrapolação devido ao encontro de contas realizado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio no montante de R\$ 24,3 milhões, quitando junto à Prefeitura despesas de impostos contra a quitação de faturamento de locação de áreas junto à CDRJ.

SUPREC – Dentro do previsto conforme dotação reprogramada.

SUPFIN – Dentro do previsto conforme dotação reprogramada.

DIRPRE

ASSCOM – Dentro do previsto conforme dotação reprogramada.

GABPRE – Dentro do previsto conforme dotação reprogramada.

SUPAUD – Os recursos autorizados para aquisição de assinaturas, não foram aplicados pelo gestor.

SUPGUA – Baixa execução dos recursos autorizados para aplicação em processos de Fundo Fixo. Nenhuma execução dos recursos autorizados para conservação de bens imóveis.

SUPJUR – Dentro do previsto conforme dotação reprogramada.

SUPMAM – Baixa execução dos recursos autorizados para Fundo Fixo. Não foi iniciada a contratação dos serviços de “Elaboração do Plano Emergencial”, “Elaboração PGRS” e “Elaboração do Sistema de Gestão Ambiental”

DIRPLA

SUPLAN – Baixa execução dos recursos autorizados devido à suspensão da contratação do Plano Diretor/Planejamento Estratégico e também não foi iniciada a contratação de serviços previstos relacionados a “TI”, estando em fase de estudos. A área de “TI” foi transferida para a DIRARH em 2010.

SUPMAK – Baixa execução dos recursos autorizados devido a não foi contratação dos serviços de ”Auditoria nos Custos Operacionais” e, a não utilização dos recursos previstos com Diárias e Passagens para participação em Feiras e Eventos no exterior.

SUPDEP – Baixa execução dos recursos autorizados para aplicação em processo de Fundo Fixo.

DIRGES

SUPENG – Não foram aplicados os recursos autorizados para aquisição de materiais diversos. Baixa execução nas contas relativas a Serviços de Terceiros, exceto na conta de assessoria técnica. Não foram concluídas as contratações relativas à “Manutenção de bóias de sinalização”, “Conservação de cabeços do Cais Público/RIOPOR”, “Manutenção de balanças RIOPOR/ITAPOR” e “Manutenção sistema de alarme de incêndio na Sede”.

(Detalhamento completo no ANEXO I)

2 - Descrição da Execução Orçamentária/2010

2-1 – RECURSOS

No exercício, os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 466,5 milhões, tendo parcelas de R\$ 314,6 milhões em Receitas Correntes e R\$ 110,2 milhões, em Receitas de Capital repassadas do Tesouro, sendo estas, R\$ 106,7 milhões para custeio e R\$ 3,5 milhões para investimento. O Disponível Inicial do Balanço foi de R\$ 41,7 milhões, sendo que R\$ 28,4 milhões representando saldo financeiro de recursos do Tesouro de exercícios anteriores.

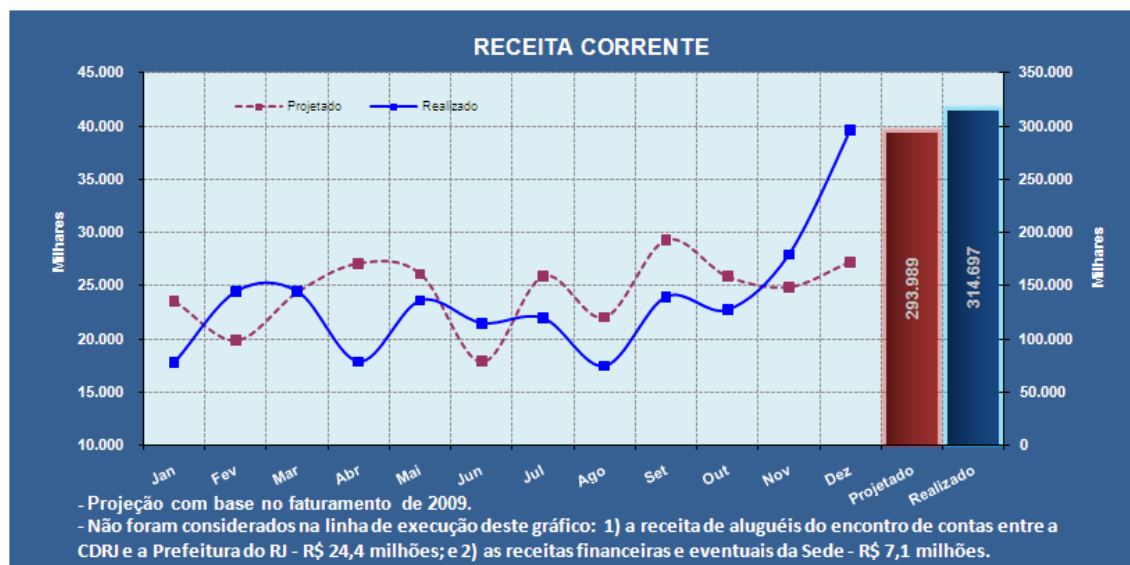
2.1.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 107% da previsão, correspondendo a R\$ 314,6 milhões.

As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 94%, 276% e 103% da previsão para o exercício. (ver gráficos 3 e 4, no anexo III).

O total do faturamento ficou 7% acima do previsto em decorrência, principalmente, do registro do encontro de contas realizado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio no montante de R\$ 24,4 milhões, quitando junto à Prefeitura despesas de impostos contra a quitação de faturamento de locação de áreas junto à CDRJ – registrados no item Aluguéis – e da aplicação de multa em contrato de arrendamento no valor de R\$ 10,9 milhões – registrado no item Outras Não-Operacionais.

Cabe mencionar que o grupo “Recuperação de Vencimentos”, comparativamente a 2009, teve um crescimento na ordem de 90%, isso em função do início, em fev/10, da cobrança à Casa Civil, dos salários dos empregados cedidos ao INPH.



CDRJ

Faturamento – 2010 (em Fechamento)

	<i>Previsão/2010 (IGP-M 4,5)</i>	<i>Total Faturado</i>	<i>% Exec</i>
Sede			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	14.259.238,00	14.740.300,34	103,4
<i>Receita Financeira</i>	0,00	4.318.571,13	0,0
<i>Receitas Eventuais</i>	0,00	3.601.899,85	0,0
<i>Passes</i>	0,00	1.276.720,60	0,0
<i>Taxa de Concurso Público</i>	0,00	1.073.590,65	0,0
<i>Venda de Mercadoria em Leilão</i>	0,00	956.305,00	0,0
<i>Outras</i>	0,00	295.283,60	0,0
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	1.365.538,36	0,0
Total SEDE	14.259.238,00	27.628.209,53	193,8
Porto do Rio			
<i>Cais Público</i>	53.051.694,91	82.617.492,40	155,7
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	1.002.416,44	1.270.646,01	126,8
<i>Multi-Rio (*)</i>	20.130.273,34	20.130.273,34	100,0
<i>Libra Terminal Rio (**)</i>	5.617.646,75	5.781.136,72	102,9
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	4.979.336,03	4.788.391,56	96,2
<i>Pier Mauá</i>	3.747.812,81	5.828.853,52	155,5
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	5.760.495,42	5.193.344,21	90,2
<i>Terminais Privativos</i>	14.575.661,17	18.068.570,59	124,0
Total do SUPRIO	108.865.336,87	143.678.708,35	132,0
Porto de Niterói			
<i>Cais Público</i>	447.465,38	564.945,79	126,3
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	534.038,43	524.330,47	98,2
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.580.143,43	1.544.240,71	97,7
Total GERNIT	2.561.647,24	2.633.516,97	102,8
Porto de Angra dos Reis			
<i>Cais Público</i>	540.014,22	363.470,91	67,3
<i>Terminal Arrendado-Angraporto</i>	2.658.850,67	2.333.985,65	87,8
<i>Terminais Privativos</i>	0,00	7.500,00	0,0
Total GERANG	3.198.864,89	2.704.956,56	84,6
Porto de Itaguaí			
<i>Cais Público</i>	2.750.571,59	3.212.073,42	116,8
<i>Terminais Arrendados</i>	162.045.863,28	134.792.582,94	83,2
<i>CSN</i>	92.994.583,63	68.445.759,26	73,6
<i>Valesul</i>	3.824.497,74	3.320.651,76	86,8
<i>Sepetiba Tecon</i>	1.844.959,98	1.407.800,06	76,3
<i>CPBS</i>	63.381.821,93	61.618.371,86	97,2
<i>Terminais Privativos</i>	307.040,13	46.611,19	15,2
Total ITAPOR	165.103.475,00	138.051.267,55	83,6
TOTAL GERAL	293.988.562,00	314.696.658,96	107,0

(*) Multa aplicada ao contrato nº 10/1998 no valor de R\$ 6,1 milhões.

(**) Multa aplicada ao contrato nº 11/1998 no valor de R\$ 4,8 milhões.

Obs.: ver gráfico 5, no anexo III.

2.1.1.1 – Comparativo das Receitas Correntes – Previsto e Realizado

Conforme é observado no gráfico da página 8 deste documento, a linha do realizado (azul) manteve a tendência de oscilação – do exercício de 2009 - da linha de projeção (vermelha pontilhada) na maioria dos meses, porém ficando o valor real, no 2º semestre, abaixo do previsto.

A receita prevista fora projetada com base nos valores realizados em 2009 aplicando-se a previsão da média do IGP-DI/2010 de 4,5, a média real do IGP-M em 2010 ficou em 11,3.

Foi incluída nesta previsão, a expectativa de aumento de desempenho no contrato de arrendamento com a CSN, com previsão, feita pela área de Desenvolvimento Portuário, de ser atingida em 2010 a marca de 30 milhões de toneladas movimentadas. Contrato este taxado com base no dólar.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), vinculado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício nº 367/2009/MP/SE/DEST, de 08 de maio de 2009, fixou os parâmetros para elaboração/reprogramação do Orçamento de 2010, definindo a média anual da taxa de câmbio R\$/US\$ em **2,29**.

O quadro 01 mostra a evolução média da taxa de câmbio do dólar no exercício, ficando abaixo do fixado pelo DEST. Com isso, apesar da confirmação do aumento de desempenho do contrato citado anteriormente, atingindo a movimentação de 28,8 milhões/t - quase a meta anual - o declive acentuado do dólar provocou a disparidade entre a Receita Prevista e a Realizada neste contrato, ficando 27,4% abaixo da previsão. Situação semelhante em todos os contratos de arrendamento no Porto de Itaguaí, que tem o dólar como referência no faturamento.

Quadro 01

DÓLAR - COTAÇÃO VALOR MÉDIO MENSAL

Ano	2010												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média 2010
TX. Dólar Comercial (R\$)	1,779	1,842	1,786	1,757	1,813	1,807	1,770	1,760	1,719	1,684	1,719	1,684	1,760

Fonte: Banco Central

2.1.2 - Receitas de Capital.

A Lei 12.214/2010 (LOA-10) e a Lei 12.370/2010 aprovaram R\$ 49,3 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital. No período foram repassados financeiramente R\$ 3,5 milhões referentes às ações de Implantação do Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro (11HG) e de Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí (12IE), representando R\$ 3,0 milhões e R\$ 0,5 milhão, respectivamente.

A Lei 12.178/2009 aprovou R\$ 287,7 milhões a título de saneamento financeiro, dos quais foram efetivamente repassados R\$ 106,7 milhões, aplicados no pagamento de IPTU (R\$ 3,0 milhões) e de Acordo com o Instituto Portus (R\$ 103,7 milhões).

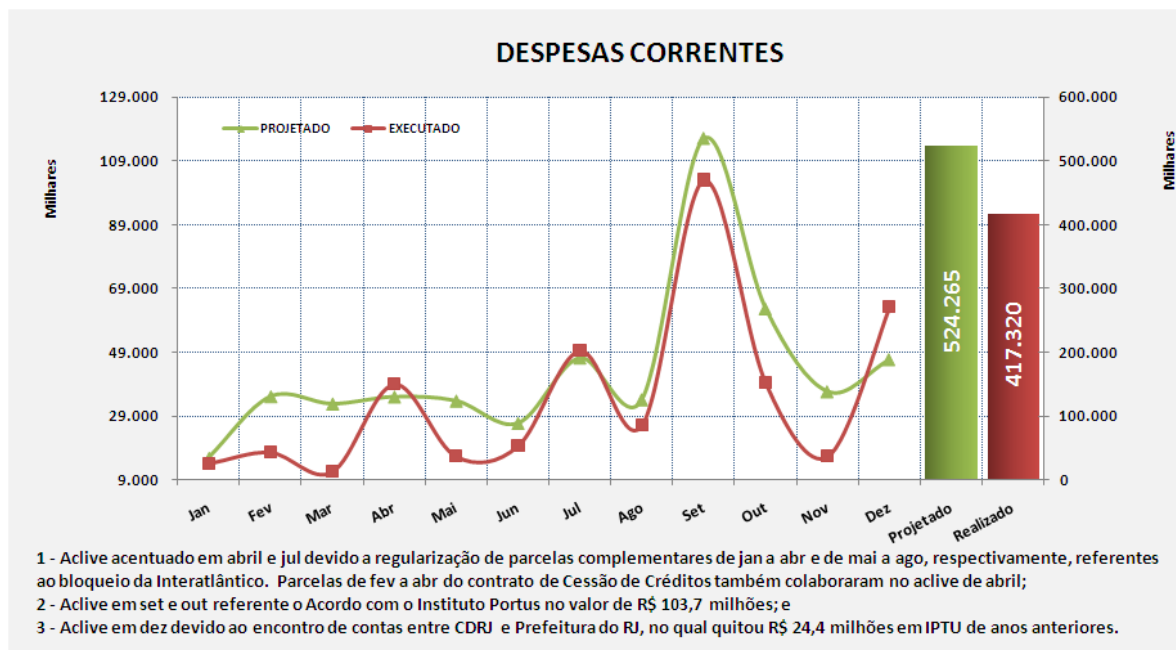
Em 28/12/2010 foi publicada a MP nº 515 abrindo crédito extraordinário para complementação do acordo com o Instituto Portus, porém desses não foram repassados nenhum valor.

2.2 - DISPÊNDIOS

2.2.1 - CORRENTES

A execução total dos Dispendios Correntes representou 80% da dotação reprogramada de R\$ 524,2 milhões, alcançando R\$ 417,3 milhões.

Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram com Pessoal, Dívidas Judiciais, Cíveis e Trabalhistas e Acordo com Instituto de Seguridade Portus, que juntas representaram 79,9% do total realizado.



2.2.1.1 – PESSOAL

Dotação inicial de R\$ 126,6 milhões. Foram executados R\$ 119,3 milhões, correspondendo a 94%, do previsto estando dentro da margem de previsão para o exercício. (ver gráfico 2, no anexo IV). Foi aplicado em junho o índice de correção salarial de 1%, conforme acordo coletivo de trabalho de 2009, válido por dois anos e, em abril promovido reenquadramento no Plano de Cargos Salários e Empregos.

2.2.1.2 – MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 389,4 mil e R\$ 25,6 milhões, respectivamente.

Baixa execução (33% e 64%) do limite autorizado para o exercício, chegando a dezembro com diversos processos registrados, não chegando a conclusão de contratação.

Em *Material* foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

Em *Serviços de Terceiros* foram executados R\$ 16,0 milhões em Dispendios Indiretos de Pessoal, R\$ 3,8 milhões em Prest de Serviços Técnicos, R\$ 4,6 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 1,2 milhões nos demais Serv. Terceiros.

2.2.1.3 – ENCARGOS DIVERSOS

Dotação de R\$ 356,3 milhões para o grupo, tendo como valores relevantes o Acordo com Instituto Portus e os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas, em execução.

Foram executados no período R\$ 272,0 milhões representando 76% da dotação inicial aprovada para este Grupo (vide gráfico 5, no anexo IV).

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

2.2.1.3.1 – UTILIDADES E SERVIÇOS / TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS / DÍVIDA EXTERNA

Utilidades e Serviços – Valores executados totalizaram R\$ 7,0 milhões (88% do total aprovado para a rubrica), denota-se, a ocorrência de uma redução de despesa com relação à previsão de média mensal para o exercício.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 34,2 milhões (140%). Extrapolação de dotação decorrente do encontro de contas no valor de R\$ 24,3 milhões, efetivado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio relativo à quitação de impostos por parte da CDRJ e de locação de áreas por parte da Prefeitura do Rio. Encontro este tomado conhecimento pela Divisão de Planejamento somente em dezembro/10.

Cabe mencionar o ajuste realizado pela SUPFIN nos valores mensais da apropriação do PIS/PASEP e COFINS do ITAPOR, revendo os cálculos de apuração, ficando o realizado abaixo da previsão.

Juros da Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 0,6 milhões.

2.2.1.3.2 – DÍVIDA JUDICIAL

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R\$ 25,0 milhões. Tendo uma execução de R\$ 23,8 milhões. A execução dessa rubrica deve-se principalmente a dois bloqueios judiciais iniciados em final do ano 2009: 1) Proc. 00991-1992-002-01-00-5 da 2ª VT/RJ – R\$ 11,0 milhões; e 2) Proc. 00698-1990-038-01-00-6 da 38ª VT/RJ – R\$ 10,3 milhões.

Dívida Judicial Cível – Dotação aprovada de R\$ 99,9 milhões, tendo sido executados R\$ 86,5 milhões (87%). 86% dessa execução foram para regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na arrecadação, encontra-se *ainda em vigor, conforme informação prestada pela SUPFIN, embora o valor do Mandado Judicial, determinando o bloqueio junto aos arrendatários até o valor da execução de R\$ 135,7 milhões, já tenha sido cumprido ainda em 2009.* Até o momento a CDRJ não conseguiu a suspensão judicial do referido mandado. Espera-se a sua suspensão em 2011.

2.2.1.3.3 – OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 12,6 milhões, representando 80% da Dotação aprovada de R\$ 15,8 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Seguros de Bens e de Pessoal, Despesas Legais e Judiciais e Contratos de Cessão de Crédito.

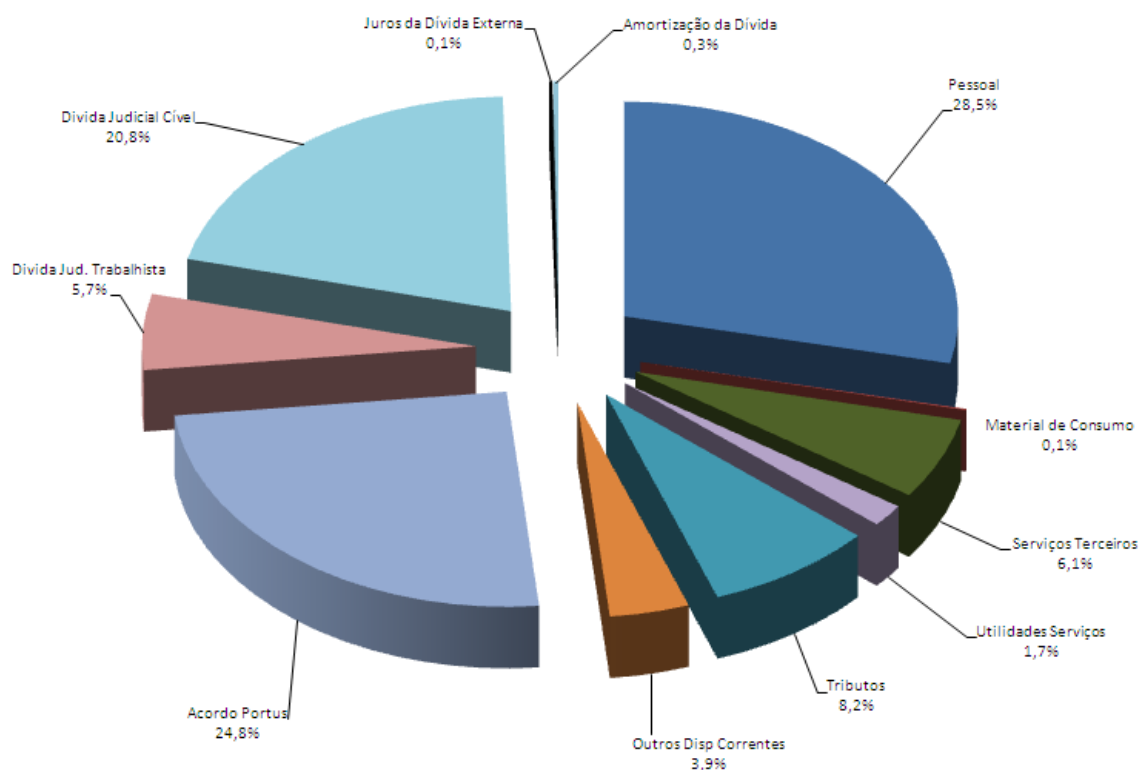
Acordo Portus – acordo firmado entre o Instituto Portus a CDRJ e a SEP com previsão de parcela em 2010 de R\$ 135,2 milhões. Valor executado de R\$ 80,0 milhões

em setembro e 23,7 milhões em outubro, com Recursos do Tesouro repassados para saneamento financeiro. Foi autorizado no Decreto nº 7.417/2010 (2ª reprogramação) o valor de R\$ 31,5 milhões, porém não houve o repasse financeiro.

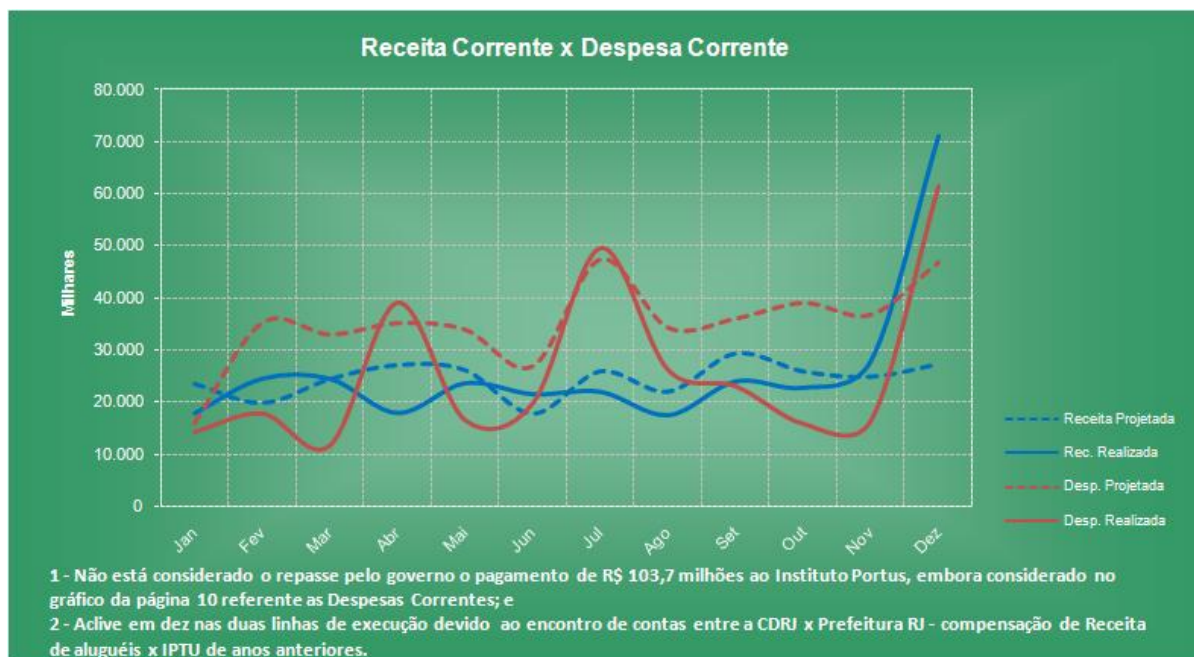
Aluguéis – Executados R\$ 849,6 mil (62%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2009: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 2,7 milhões. Apresentou uma execução de 6%, estando dentro do previsto, pois a dotação base foi de R\$ 3,0 milhões que foram somados na Reprogramação a R\$ 45,5 milhões relativos a recursos do tesouro para saneamento financeiro para quitação de multas com débitos tributários, porém não efetivado o repasse financeiro, não foi concretizada a quitação.

Representação % dos Dispendios de Custeio Executados



Item	Composição
Pessoal	Fl pagto, encargos sociais.
Material de Consumo	Material para estoque almoxarifado
Serviços. Terceiros	Encargos indiretos c/ Pessoal, serv manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
Utilidades e Serviços	Energia, telefone, água e esgoto, correios.
Tributos	Pasep, IPTU, Foro, Cofins, Licença Ambiental, IPVA, Sal. Educação.
Juros Dívida Externa	Juros ref. Financ Externo (Serv. Dívida União).
Multas	Multas diversas, multas relativas parcelam débito tributário.
Dívida. Trabalhista	Depósitos, acordos e bloqueios da Justiça Trabalhista.
Dívida. Cível	Bloqueios e acordos da Justiça Cível, Dívida Ativa, Indenizações e Restituições.
Acordo Portus	Acordo do Instituto Portus e CDRJ, custeado com Recursos do Tesouro.
Outros Disp. Correntes	Cessão de Créditos, Despesas Miúdas, Seguros de Bens e Pessoal, Despesas Legais e Judiciais, , Aluguéis de Viaturas, de Imóveis, de Radio e telefonia, de Sist Seg da Sede, de Máq. Copiadoras, de Embarcações e Multas de IPTU, Pis, COFINS, IR, ISS e outras.
Amortização da Dívida	Pagamento do principal do financiamento externo.



2.2.2 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

2.2.2.1 – Créditos para Investimentos

Base Legal	Suplementação	Cancelamento	Total Aprovado
Lei 12.214/2010 (LOA)	R\$ 25.697.799	R\$ 0	R\$ 25.697.799
Decreto s/nº, de 27/01/2010	R\$ 9.768.341	R\$ 0	R\$ 9.768.341
Decreto s/nº, de 11/05/2010	R\$ 19.162.875	R\$ 0	R\$ 19.162.875
Decreto s/nº, de 14/09/2010	R\$ 900.000	(R\$ 900.000)	R\$ 0
Decreto s/nº, de 28/10/2010	R\$ 411.556	(R\$ 411.556)	R\$ 0
Med. Prov. nº 515/2010, de 28/12/2010	R\$ 3.551.969	(R\$ 2.774.969)	R\$ 777.000
Lei 12.370/2010, de 29/12/2010	R\$ 31.000.000	R\$ 0	R\$ 31.000.000
TOTAL	R\$ 90.492.540	(R\$ 4.086.525)	R\$ 86.406.015

Fixado pela Lei 12.214 de 26 de janeiro de 2010 (LOA-10) para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 25,7 milhões, sendo R\$ 18,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 7,4 milhões com recursos próprios.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010.

Os Decretos s/nº, de 27/01/2010 e 11/05/2010, reabriram créditos referentes a saldos financeiros de exercícios anteriores, apurados no exercício de 2009.

Os Decretos s/nº, de 14/09/2010, 28/10/2010 e a MP nº 515/2010, autorizaram o remanejamento entre diversas ações de investimentos, sendo que a MP também reabriu o saldo financeiro referente a ação da Pandemia de Influenza (20BA).

E por fim, a Lei 12.370 de 29/12/2010 autorizou o Aumento de Capital com Recursos do Tesouro e a abertura da ação para Implantação de 3 Piers de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (12LI).

Apresentou execução de R\$ 14,3 milhões (17%). Baixa execução ocasionada pelos seguintes fatos:

- 1) Diversos processos de investimentos permanecem em fase de licitação;
- 2) Os remanejamentos foram efetivados neste exercício visando sua aplicação em 2011;
- 3) Outros processos aguardando a liberação dos recursos aprovados na LOA/2010 e;
- 4) Aberturas de créditos publicados em dezembro/2010

Todo recurso repassado no exercício foi integralmente aplicado. Do saldo financeiro de exercício anterior foram efetivamente realizados 30% e, R\$ 4,0 milhões remanejados para aplicação em 2011 em nova ação.

3 – Conclusão

3.1 – Situação verificada.

O faturamento das Receitas Próprias fechou o exercício com uma execução 6% acima do previsto para o período, isto decorrente principalmente do encontro de contas realizado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio de Janeiro e de multas aplicadas.

No decorrer do exercício, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS, pela sua dependência do fechamento contábil.

Considerando o montante de recursos disponíveis no período no valor de R\$ 466,5 milhões;

Considerando que, desse montante, R\$ 31,9 milhões referem-se a Recursos do Tesouro apurados como Saldo Financeiro de 2009 e repasses financeiros efetuados em 2010;

Constatou-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da despesa empenhada do período de R\$ 421,0 milhões, apresentando um saldo positivo de R\$ 13,6 milhões.

Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)	466.530.674
(-) Rec Tesouro – Saldo Financ-2009 – vinculado Invest.	(28.450.296)
(-) Rec Tesouro – Repasses Financ-2010 – vinculado Invest.	(3.491.000)
(=) Recursos Próprios Líquidos	434.589.378
(-) Custeio (Emp) + Inv. Rec. Próprio (Emp) + Amort. Dívida	(421.018.526)
(=) Saldo Orçamentário Atual	13.570.852

3.2 – Medidas Adotadas:

1 - Mantida a busca pelas áreas, operacional e marketing, quanto a uma perspectiva de entrada de novos recursos;

2 – A liberação das dotações para empenho das despesas a partir de junho ficou condicionada a cumprimento contratual, dando-se início ao contingenciamento orçamentário na busca do equilíbrio entre a receita e a despesa.

3.3 – Recomendações

Recomendou-se durante o exercício a permanência, do contingenciamento da “Dotação Aprovada” para emissão de novas reservas para execução de despesas, com o objetivo de manter-se o equilíbrio orçamentário.

Recomendou-se as Unidades Gestoras (UG) um minucioso planejamento e acompanhamento financeiro/orçamentário das contas sob sua responsabilidade, para o perfeito atendimento das despesas a executar constantes de suas respectivas metas de gestão, informando à SUPLAN/DIPLAN sempre que oportuno ou solicitado, quando da necessidade de execução de despesas não previstas na Programação aprovada, pois o desconhecimento das UGs de suas reais necessidades de dotações é a principal causa de desequilíbrio orçamentário entre recursos de geração própria e os dispêndios correntes.

Recomendou-se a busca pela SUPFIN de metodologia que possibilitasse uma arrecadação mais eficiente dos recursos próprios.

Recomendou-se também, o envolvimento das respectivas unidades gestoras ou geradoras de despesas quanto ao cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas para Companhia, nas quais recai a fiscalização dos órgãos de controle do governo (TCU / CGU / DEST) cobrando justificativas de sua não execução.

Alertou-se que de acordo com as normas gerais de Finanças Públicas e da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a assunção de despesas sem a contrapartida de recursos (valor orçamentário aprovado) que as atendam. E conforme disposto no inc. IX do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, “É ato de improbidade administrativa: ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento”.